

TIM S.A.

*DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em
31 de dezembro de 2018*

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
TIM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TIM S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC 1SP211793/O-5

TIM S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo		31.368.450	2.038.833
Circulante		5.943.224	1.075.113
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.075.363	198.460
Títulos e valores mobiliários	5	771.464	-
Contas a receber de clientes	6	2.838.363	791.378
Estoques	7	183.059	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	280.254	12.781
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	302.228	40.526
Despesas antecipadas	11	269.599	10.660
Instrumentos financeiros derivativos	36	50.769	-
Arrendamento mercantil financeiro	15	22.491	-
Outros valores a compensar	16	41.612	-
Outros ativos		108.022	21.308
Não Circulante		25.425.226	963.720
Realizável a longo prazo		3.907.171	187.600
Títulos e valores mobiliários		5.229	-
Contas a receber de clientes		130.308	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	912.511	61.524
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	558.016	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	768.852	-
Depósitos judiciais	12	1.213.843	108.361
Despesas antecipadas	11	71.804	11.965
Instrumentos financeiros derivativos	36	30.639	-
Arrendamento mercantil financeiro	15	185.558	-
Outros ativos		30.411	5.750
Imobilizado	13	11.203.622	699.101
Intangível	14	10.314.433	77.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)*(continuação)*

	Nota	2018	2017
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		31.368.450	2.038.833
Total do Passivo		11.987.661	941.421
Circulante		7.036.988	522.731
Fornecedores	17	4.311.604	419.069
Empréstimos e financiamentos	19	698.728	22.174
Arrendamento mercantil financeiro	15	205.048	-
Instrumentos financeiros derivativos	36	2.373	-
Obrigações trabalhistas		209.341	8.949
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	20	450.723	16.237
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	21	285.049	28.272
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24	362.436	-
Autorizações a pagar	18	65.464	-
Receitas diferidas	22	406.867	11.938
Outros passivos		39.355	16.092
Não Circulante		4.950.673	418.690
Empréstimos e financiamentos	19	964.289	22.143
Instrumentos financeiros derivativos	36	9.245	-
Arrendamento mercantil financeiro	15	1.735.026	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	20	2.772	-
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	21	209.880	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	47.765
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	742.162	32.510
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego		2.850	-
Autorizações a pagar	18	348.336	-
Receitas diferidas	22	906.600	14.542
Partes relacionadas - mútuo	34	-	301.730
Outros		29.513	-
Patrimônio Líquido	24	19.380.789	1.097.412
Capital social		13.476.172	4.041.956
Reservas de capital		33.363	979
Reservas de lucros		5.873.136	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.882)	-
Prejuízos acumulados		-	(2.945.523)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2018	2017
Receita líquida	26	3.367.619	736.137
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(1.545.499)	(581.808)
Lucro bruto		1.822.120	154.329
Receitas (despesas) operacionais:			
Comercialização	27	(859.741)	(53.500)
Gerais e administrativas	27	(339.078)	(42.478)
Outras receitas (despesas), líquidas	28	48.685	(3.701)
		(1.150.134)	(99.679)
Lucro operacional		671.986	54.650
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	29	230.565	19.347
Despesas financeiras	30	(194.365)	(7.620)
Variações cambiais, líquidas	31	538	6
		36.737	11.733
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		708.724	66.383
Imposto de renda e contribuição social	32	825.008	35.117
Lucro líquido do exercício		1.533.732	101.500
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>			
Lucro básico e diluído por ação	33	0,04	25,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.533.732	101.500
Outros componentes do resultado abrangente		
Item que não será reclassificado para o resultado:		
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	446	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.534.178	101.500

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendo adicional proposto	(Prejuízos) lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.041.956	1.076	-	-	-	-	-	(3.047.023)	996.009
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								101.500	101.500
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	101.500	101.500
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 24.b)	-	(97)	-	-	-	-	-	-	(97)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(97)	-	-	-	-	-	-	(97)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.041.956	979	-	-	-	-	-	(2.945.523)	1.097.412

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro) -- continuação

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendo adicional proposto	(Prejuízos) lucros acumulados	
Saldos em 1º. de janeiro de 2018	4.041.956	979	-	-	-	-	-	(2.945.523)	1.097.412
Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis (nota 2.d)	-	-	-	(1.562)	-	-	-	-	(1.562)
Saldos em 1º. de janeiro de 2018 ajustado	4.041.956	979	-	(1.562)	-	-	-	(2.945.523)	1.095.850
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								1.533.732	1.533.732
Valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	446	-	-	446
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	446	-	1.533.732	1.534.178
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Notas 1 e 24(a))	9.434.216	30.699	643.437	5.724.385	-	(2.327)	-	1.127.705	16.958.115
Opções de compra de ações (nota 24.b)	-	1.685	-	-	-	-	-	-	1.685
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 24)	-	-	125.750	-	-	-	-	(125.750)	-
Juros sobre capital próprio (nota 24)	-	-	-	-	-	-	-	(209.038)	(209.038)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 24)	-	-	-	-	39.958	-	-	(39.958)	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(658.832)	-	-	-	658.832	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	9.434.216	32.384	769.187	5.065.553	39.958	(2.327)	-	1.411.791	16.750.762
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.476.172	33.363	769.187	5.063.991	39.958	(1.881)	-	-	19.380.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		708.724	66.383
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		843.811	169.976
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		2.067	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		116	-
Provisão para processos administrativos e judiciais	23	200.053	4.479
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		117.133	(4.845)
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		(180.574)	6.388
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	30	44.947	-
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	29	(4.271)	-
Perdas por créditos de liquidação esperada	27	93.933	8.755
Opções de compra de ações	25	1.686	(97)
		<u>1.827.625</u>	<u>251.039</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(327.146)	(103.213)
Impostos e contribuições a recuperar		(172.952)	11.094
Estoques		(44.999)	-
Despesas antecipadas		81.162	8.921
Depósitos judiciais		9.899	(15.466)
Outros ativos		41.152	1.784
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		(28.690)	1.165
Fornecedores		1.117.213	85.977
Impostos, taxas e contribuições		(4.896)	(39.113)
Autorizações a pagar		2.579	-
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	23	(80.133)	(4.849)
Receitas diferidas		(24.067)	(12.301)
Outros passivos		(22.763)	(4.351)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>2.373.984</u>	<u>180.687</u>
Atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		(400.170)	-
Adições ao imobilizado e intangível		(1.070.248)	(63.413)
Caixa proveniente da incorporação da TIM Celular (Nota 1)		586.863	-
Recebimento de arrendamento mercantil financeiro		3.867	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(879.688)</u>	<u>(63.413)</u>

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(352.381)	(26.826)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	(39.004)	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.323	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(232.331)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(617.393)	(26.826)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	876.903	90.448
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	198.460	108.012
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.075.363	198.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Informações suplementares dos fluxos de caixa consolidado

Juros pagos	74.772	5.055
Imposto de renda e contribuição social pagos	37.480	29.266

Transações que não envolvem caixa

Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(38.944)	-
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	38.944	-

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM") é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada integralmente pela TIM Participações S.A. ("TIM Participações") – uma empresa do Grupo Telecom Italia.

A Companhia presta o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Os serviços prestados pela Companhia são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), agência reguladora das telecomunicações no país.

As decisões operacionais e estratégicas da Companhia são tomadas pelo seu acionista controlador, TIM Participações.

Reorganização societária

Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig"), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A.. Em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia havia obtido todas as aprovações e anuências necessárias junto à terceiros para proceder com a referida incorporação. Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de outubro de 2018 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Celular, no montante de R\$17.035.254 conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Ainda, como resultado dessa incorporação societária, o montante de R\$952.368 referente ao imposto de renda diferido ativo decorrente do prejuízo fiscal e base negativa da TIM S.A., foram reconhecidos em 30 de setembro de 2018 (nota 10).

As variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo (30 de setembro de 2018) e do ato societário de incorporação (31 de outubro de 2018), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Celular foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O acervo líquido contábil em 30 de setembro de 2018, está sumariado a seguir:

Ativo		Passivo	
<i>Circulante</i>	5.338.621	<i>Circulante</i>	6.284.112
<i>Não Circulante</i>	23.311.567	<i>Não Circulante</i>	5.330.822
<i>Realizável a longo prazo</i>	2.793.622		
<i>Imobilizado</i>	10.286.298		
<i>Intangível</i>	10.231.647		
		Acervo líquido	17.035.254
Total do Ativo	28.650.188	Total Passivo	28.650.188

Adicionalmente, o quadro abaixo apresenta o resultado pro-forma (não auditado) como se a incorporação tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2018:

	2018
	(não auditado)
Receita líquida	16.981.329
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(7.701.418)
Lucro bruto	9.279.911
Receitas (despesas) operacionais:	
Comercialização	(4.970.780)
Gerais e administrativas	(1.578.574)
Outras receitas (despesas), líquidas	(284.126)
	(6.833.480)
Lucro operacional	2.446.431
Receitas (despesas) financeiras:	
Receitas financeiras	410.756
Despesas financeiras	(855.752)
Variações cambiais, líquidas	1.382
	(443.614)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.002.817
Imposto de renda e contribuição social	658.619
Lucro líquido do exercício	2.661.436

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia 20 de março de 2019.

d. Novas normas, alterações e interpretações de normas

I Dentre as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018,

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros (*financial instruments*)

A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 48, equivalente ao IFRS 9, em 22 de dezembro de 2016. A Companhia decidiu pela adoção dessa norma de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018, reconhecendo o efeito cumulativo na data de aplicação inicial da norma como ajuste ao saldo de abertura em reserva de lucros no patrimônio líquido.

Essa nova norma é aplicável para os ativos e passivos financeiros e abrange questões de classificação, mensuração, redução ao valor recuperável (*impairment*), desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como trata sobre critérios de qualificação e contabilização de hedge.

Em relação a classificação, a norma requer que as entidades classifiquem seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base na avaliação das seguintes premissas:

- (i) Modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e
- (ii) Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Em relação a classificação dos passivos financeiros, a norma mantém substancialmente as exigências estabelecidas pelo IAS 39/CPC 39, sendo que as entidades devem classificar a maioria dos passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, contratos de garantia financeira, compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, dentre outros. Não houve impacto relevante em relação a classificação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em decorrência da adoção da nova norma. As informações completas por natureza dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme determinado por essa nova norma, estão divulgadas na Nota 36.

Quanto a redução ao valor recuperável, a nova norma traz o conceito do reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada, no qual as entidades devem reconhecer uma provisão para perdas esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto da adoção do novo modelo de cálculo para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros resultou em um acréscimo de R\$ 1,2 milhão nas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 1º de janeiro de 2018, registrados em contrapartida a conta de “reserva de lucros”, conforme apresentado na tabela abaixo.

IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*Revenue from Contracts with Customers*)

A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 47, equivalente ao IFRS 15, em 22 de dezembro de 2016. A Companhia adotou o IFRS15 (CPC47) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Portanto, conforme previsto na norma, a Companhia reconheceu o efeito cumulativo na data de aplicação inicial da norma como ajuste ao saldo de abertura em reserva de lucros. De acordo com esse método de transição, a entidade aplicou o pronunciamento retrospectivamente somente aos contratos que não foram concluídos até a data da aplicação inicial.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Atualmente, a Companhia oferece pacotes comerciais que combinam basicamente equipamentos ou aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, sendo, a receita total de serviços, reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com sua natureza e com base em seus respectivos valores justos.

Identificação dos contratos

A Companhia realizou um extenso trabalho de revisão de todas as ofertas comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que pudessem ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

Identificação da obrigação de desempenho

Na data da adoção e início do contrato, a Companhia avaliou os bens ou serviços prometidos em contrato com o cliente e identificou as obrigações de desempenho com base na promessa de transferir ao cliente:

- (i) Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- (ii) Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Bem ou serviço prometido ao cliente é distinto, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:

- (a) o cliente pode se beneficiar do bem ou serviço, seja isoladamente ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao cliente (ou seja, o bem ou o serviço é capaz de ser distinto); e
- (b) a promessa da Companhia de transferir o bem ou o serviço ao cliente é separadamente identificável de outras promessas contidas no contrato (ou seja, compromisso para transferir o bem ou o serviço é distinto dentro do contexto do contrato).

Perante revisão dos seus contratos, a Companhia verificou que praticamente existem duas obrigações de desempenho: (i) venda e/ou aluguel de equipamentos ou aparelhos celulares; e (ii) prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel e banda larga (*internet*). Portanto, a Companhia reconhecerá as receitas quando, ou à medida que satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo, que é no momento da entrega.

Determinação e alocação do preço da transação a obrigação de desempenho

O preço de venda individual foi definido internamente pela Companhia a partir dos preços de venda individual praticados pela Companhia ou do mercado, além do preço de contrato onde esse preço seria similar para outros contratos com características similares.

Dessa forma, a adoção da nova norma de receita trouxe em alguns casos a aceleração no reconhecimento das receitas de vendas de equipamentos e/ou aparelhos celulares, que são geralmente reconhecidas no momento da transferência do controle ao cliente, basicamente em decorrência da alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos que tenham serviço mais equipamento/aparelho. A diferença entre os valores contábeis das vendas desses equipamentos e/ou celulares e o valor recebido do cliente é reconhecido como um ativo e/ou passivo contratual no início do contrato. Enquanto que as receitas de serviços de telefonia são

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

reconhecidas no resultado pelo seu valor contábil após a alocação do preço da transação, e à medida que o serviço for prestado mensalmente.

A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Custo para obtenção do contrato

De acordo com a norma a entidade deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, se a entidade espera recuperar esses custos. Durante a adoção da nova norma, a Companhia contabilizou como ativo na rubrica “despesas antecipadas” os valores incorridos por estes conceitos, sendo posteriormente reconhecido ao resultado, de forma consistente com a transferência ao cliente dos bens ou serviços aos quais o ativo se refere. Cabe destacar que a Companhia já possuía como prática contábil a capitalização dos custos com a obtenção de novos contratos, apenas no segmento corporativo, os quais estavam mensurados e registrados, líquido de qualquer ajuste por *impairment*, conforme requerimentos do CPC04 e/ou IAS38, e que com a adoção do IFRS 15/CPC 47, a administração da Companhia decidiu reclassificar os saldos acumulados da rubrica “intangível” para “despesas antecipadas”.

Como resultado do descrito acima, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 uma redução na rubrica “reserva de lucros” no montante de R\$ 1,1 milhão, antes dos tributos diferidos.

A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma IFRS15/CPC47, incluindo também efeitos da adoção do IFRS9/CPC48, nos saldos de abertura em 1º. de janeiro de 2018.

	Originalmente reportado 1º. de janeiro de 2018	Ajustes	Saldos com IFRS 15 e 9 1º. de janeiro de 2018
Ativo	2.038.833	(936)	2.037.897
Circulante	1.075.113	(931)	1.074.182
Contas a receber de clientes (e)	198.460	(1.230)	197.230
Ativo contratual (b)	-	-	-
Estoques	-		-
Despesas antecipadas (a, c)	10.660	299	10.959
Outros ativos	865.993		865.993
Não Circulante	963.720	(5)	963.715
Realizável a longo prazo	187.600	35	187.635
Contas a receber de clientes	-		-
Despesas antecipadas (a, c)	11.965	35	12.000
Outros ativos	175.635		175.635
Imobilizado	699.101		699.101
Intangível (c)	77.019	(40)	76.979

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivo e do Patrimônio Líquido	2.038.833	(936)	2.037.897
Total do Passivo	941.421	626	942.047
Circulante	522.731	674	523.405
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	11.938	674	12.612
Outros passivos	510.793		510.793
Não Circulante	418.690	(48)	418.642
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	14.742	147	14.889
Imposto de renda e contribuição social diferidos (f)	47.765	(195)	47.570
Outros passivos	356.183		356.183
Patrimônio Líquido	1.097.412	(1.562)	1.095.850
Capital social	4.041.956		4.041.956
Prejuízos acumulados	(2.945.523)	(1.562)	(2.947.085)
Outros	979		979

Durante o exercício de 2018, a aplicação das novas normas contábeis geraram os seguintes impactos no resultado:

	Saldos sem IFRS 15 e IFRS 9	Ajustes	Saldos com IFRS 15 e IFRS 9
Receita líquida de serviços (b, d)	3.186.216	1.030	3.187.246
Receita líquida de produtos (b, d)	250.250	(69.877)	180.373
Receita líquida	3.436.466	(68.847)	3.367.619
Custos dos produtos serviços prestados e mercadorias vendidas	(855.173)	-	(855.173)
	2.581.293	(68.847)	2.512.446
	(873.800)	(122.849)	(996.649)
Receitas (despesas) operacionais			
Comercialização (a, e)	(709.553)	(122.849)	(832.402)
Gerais e administrativas	(212.932)	-	(212.932)
Outras receitas (despesas), líquidas	48.685	-	48.685
	1.707.493	(191.696)	1.515.797
Depreciação e amortização (c)	(1.014.057)	170.246	(843.811)
Receitas (despesas) financeiras	36.738	-	36.738
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	730.174	(21.450)	708.724
Imposto de renda e contribuição social (f)	817.714	7.294	825.008
Lucro líquido do período	1.547.888	(14.156)	1.533.732

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:

- a- Valores de custos na obtenção de contratos com clientes que serão diferidos pelo período do contrato (período de fidelização de 12 a 24 meses), líquido de qualquer ajuste por *impairment*.
- b- O ativo contratual que é reconhecido quando a Companhia tiver concluído a obrigação de desempenho por meio da venda de equipamentos/aparelhos ou pela prestação de serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes que o pagamento seja devido.
- c- Reclassificação para a rubrica despesas antecipadas de custos na obtenção de contratos que anteriormente eram capitalizados como intangível.
- d- Passivo contratual que é reconhecido quando o cliente tiver pago a contraprestação ou a Companhia tiver direito ao valor da contraprestação que seja incondicional, antes que a Companhia tenha concluído com a obrigação de desempenho, pela prestação de serviços ao cliente.
- e- Aumento da provisão para perdas por crédito de liquidação duvidosa decorrente da aplicação da nova regra prevista pelo IFRS 9/CPC 48, no qual a Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas.
- f- Reflexo tributário sobre os ajustes iniciais das novas normas contábeis.

Contratos com clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	2018
Ativo contratual	130
Passivo contratual	(20.928)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2018	(821)
Saldo companhia incorporada	(16.508)
Adições	(8.121)
Baixas	4.652
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(20.798)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2019	2020
Ativo (passivo) contratual	(17.130)	(3.668)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

II As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do CPC.

- Melhorias anuais nas IFRS – Ciclo 2015 a 2017.
- IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.
- IFRIC 23 – Incertezas sobre tratamento de imposto de renda.
- Alterações IFRS 9 – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa.
- Alterações no IAS 28 – Participações de longo prazo em coligadas e joint venture.
- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint venture.
- IFRS 17 – Contrato de seguro.

Com relação as normas acima, vale destacar:

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos sobre a renda

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda.

A IAS 12 / CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trará impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota 23, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2)) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia; e (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4).

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia concluiu o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a indústria de telecomunicações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras. Ainda, pela relevância dos contratos de arrendamento de infraestrutura, especificamente, Torres de Transmissão, a Companhia decidiu reconhecer separadamente os componentes de arrendamento e não arrendamento para essa classe de ativo.

A adoção inicial acarretará em um aumento aproximado de R\$5.100 milhões no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total arrendado e do passivo de arrendamento mercantil respectivamente.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel"), no valor aproximado de R\$ 1.200 milhões, também resultando em impacto positivo no EBITDA - Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("não auditado"). Portanto, resultando em um impacto relevante em determinados indicadores financeiros da Companhia, bem como um aumento correspondente no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reportadas nos fluxos de caixa.

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques em shopping centers, aluguel de site, terrenos e compartilhamento de infraestrutura.

Com base nos estudos realizadas até o momento, a Companhia não espera que a adoção das demais normas acima, alterações e interpretações traga algum impacto significativo para as demonstrações financeiras da Companhia em 2019.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2018, com base nas análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas, não foram identificadas variações que razoavelmente pudessem ocorrer de modo a gerar uma possível provisão por *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 14).

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 26).

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	2018	2017
Caixa e bancos	93.793	582
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB/Compromissadas	981.570	197.878
	1.075.363	198.460

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s e Operações Compromissadas é de 99,67 % (99,80% em 31 de dezembro de 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Títulos e Valores mobiliários

	2018	2017
FUNCINE (3)	5.229	-
FIC: (1)		
Títulos Públicos	288.917	-
Operações compromissadas (2)	283.006	-
Letra Financeira	95.221	-
Outros	104.320	-
	776.693	-
Parcela circulante	(771.464)	-
Parcela não circulante	5.229	-

(¹) A Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2018 dos FIC's foi de 100,81% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(²) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

(³) A a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões. Em 2018, a Companhia optou por realizar novos investimentos nos meses de outubro e dezembro no FUNCINE, totalizando R\$ 2,4 milhões.

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 19).

	2018	2017
Contas a receber de clientes	2.968.671	791.378
Contas a receber bruta	3.655.599	832.440
Serviços faturados	1.733.229	147.322
Serviços a faturar ("unbilled")	774.484	52.237
Uso de rede	455.228	632.881
Venda de mercadorias	691.312	-
Outras contas a receber	1.346	-
Perdas por crédito de liquidação esperada	(686.928)	(41.062)
Parcela circulante	(2.838.363)	(791.378)
Parcela não circulante	130.308	-

A parcela não circulante inclui o valor de R\$103 milhões referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A movimentação das perdas por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	41.062	37.304
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC 48 (nota 2.d)	1.230	-
Efeito da incorporação (Nota 1)	649.032	-
Constituição de provisão	93.933	8.755
Baixas de provisão	(98.329)	(4.997)
Saldo final	686.928	41.062

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2018	2017
Total	3.655.599	832.440
A vencer	2.459.315	99.011
Vencidos até 30 dias	308.744	6.996
Vencidos até 60 dias	144.309	4.662
Vencidos até 90 dias	117.759	634.557
Vencidos a mais de 90 dias	625.472	87.214

Política contábil anterior para impairment das contas a receber de clientes

No exercício anterior, o *impairment* das contas a receber foi avaliado com base no modelo de perdas incorridas. As contas a receber individuais incobráveis foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração (*impairment*) incorrida, mas que não fora identificada ainda. Para esses recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão para *impairment* separada. O Grupo considerou que haveria evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado:

- . Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- . Probabilidade do devedor declarar falência ou passar por uma reorganização financeira; e
- . Inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 90 dias de atraso).

Os recebíveis para os quais uma provisão para *impairment* foi reconhecida foram baixados em relação à provisão nos casos em que não havia mais expectativa de recuperação adicional de caixa.

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2018	2017
Total Estoques	183.059	-
Estoques	189.826	-
Aparelhos celulares e tablets	145.819	-
Acessórios e cartões pré-pagos	33.621	-
TIM chips	10.386	-
Perdas para ajuste ao valor de realização	(6.767)	-

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	2018	2017
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	1.192.765	74.305
ICMS	1.152.741	70.702
Outros	40.024	3.603
Parcela circulante	(280.254)	(12.781)
Parcela não circulante	912.511	61.524

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	2018	2017
Impostos e contribuições diretos a recuperar	860.244	40.526
Imposto de renda e contribuição social (i)	414.408	27.141
PIS / COFINS (ii)	384.093	10.961
Outros	61.743	2.424
Parcela circulante	(302.228)	(40.526)
Parcela não circulante	558.016	-

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização é esperada para o exercício de 2019; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se aos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tim Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde, respectivamente, 2007 e 2006, retroagindo, conforme lhes é permitido, tais efeitos em 5 anos – 2002 e 2001. Desde o posicionamento favorável aos contribuintes emanado pelo STF, a Companhia, sustentada pela opinião de seus consultores jurídicos, não mais inclui o ICMS na base de cálculo das contribuições previdenciárias do PIS e da COFINS a partir de abril de 2017.

Os processos da Companhia já receberam decisões favoráveis em Segunda Instância Judicial, alinhando o entendimento dos tribunais inferiores com o que foi definido pelo STF, tanto que os recursos apresentados pela Fazenda Nacional vêm sendo negados, pelos mesmos argumentos. Mesmo com a processual existência de pedido de Modulação de efeitos realizada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia entende, corroborada por seus assessores jurídicos que a decisão não afetará qualquer direito pleiteado nas ações judiciais propostas.

A Companhia está realizando o levantamento dos valores que fará jus ao final dos processos, após seu trânsito em julgado e os devidos reconhecimentos procedimentais, e este aponta créditos totais da ordem estimada de R\$ 3.296 milhões, sendo R\$ 1.863 milhões de principal e R\$ 1.434 milhões de atualização monetária. Adicionalmente a esse potencial crédito tributário, em novembro de 2018, em virtude do trânsito em julgado, a Companhia registrou o montante de R\$ 353 milhões, sendo 159 milhões de principal e R\$ 194 milhões de atualização monetária.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 24. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

TIM S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2018	2017
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	896.099	20.471
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	256.885	11.053
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	244.428	13.961
Ajuste a valor presente – licença 3G	9.124	-
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	4.699	-
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	24.978	-
Provisão para participação dos empregados	21.556	1.304
Tributos com exigibilidade suspensa	12.872	-
Ágio amortizado – TIM Fiber	(370.494)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(22.551)	-
Juros capitalizados 4G	(301.525)	-
Custo atribuído – TIM S.A.	(82.042)	(94.912)
Outros	74.823	358
	768.852	(47.765)
Parcela imposto ativo diferido	768.852	-
Parcela imposto passivo diferido	-	(47.765)

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2018.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2019	102.835
2020	189.756
2021 em diante	603.509
Prejuízos fiscais e base negativa	896.100
Diferenças temporárias	(127.248)
Total	768.852

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$85.812 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$132.389 em 31 de dezembro de 2017 - antiga TIM Celular S.A.).

11. Despesas antecipadas

	2018	2017
	341.403	22.625
Propagandas não veiculadas (i)	76.651	-
Aluguéis e seguros	72.967	-
Swap de rede (ii)	11.449	20.191
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	173.056	-
Outros	7.280	2.434
Parcela circulante	(269.599)	(10.660)
Parcela não circulante	71.804	11.965

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Em 1º de abril de 2010, a TIM S.A e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante) e que serão realizados pelo período do contrato.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC47, os quais são amortizados ao resultado em conformidade com o prazo do contrato, usualmente de 2 anos.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	2018	2017
	1.213.843	108.361
Cível	329.482	11.656
Trabalhista	385.664	33.097
Tributário	297.547	54.430
Regulatório	111	111
Penhora Online (*)	201.039	9.067

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$ 66.700.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECP) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré-paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 95.322.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 74.358.
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.026.
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 16.719.
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.868.
- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.519.
- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.793.
- (viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e a consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.485.
- (ix) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 56.088 (R\$ 53.128 em 31 de dezembro de 2017).

13. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

(a) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 2017	Saldo de empresa incorporada	Adições / (depreciação)	Baixas	Transferências	Saldo em 2018
Total do Custo do Imobilizado Bruto	1.575.167	31.490.649	779.753	(7.115)	-	33.838.454
Equipamentos de comutação /	791.295	19.395.556	4.495	(2.222)	622.774	20.811.898
Cabos de fibra ótica	491.101	226.412	-	-	44.662	762.175
Aparelhos em comodato	-	2.283.848	-	(4.135)	34.232	2.313.945
Infraestrutura	186.659	5.825.061	4	(637)	122.726	6.133.813
Bens de informática	40.624	1.621.662	-	(185)	17.225	1.679.326
Bens de uso geral	37.743	745.309	-	(15)	13.802	796.839
Terrenos	9.648	31.146	-	-	-	40.794
Obras em andamento	18.097	1.361.655	775.254	79	(855.421)	1.299.664
Total Depreciação Acumulada	(876.066)	(21.204.351)	(559.621)	5.206	-	(22.634.832)
Equipamentos de comutação /	(478.669)	(14.075.810)	(389.456)	2.207	-	(14.941.728)
Cabos de fibra ótica	(258.223)	(49.671)	(37.638)	-	-	(345.532)
Aparelhos em comodato	-	(2.114.565)	(19.888)	2.227	-	(2.132.226)
Infraestrutura	(78.298)	(2.989.511)	(90.685)	605	-	(3.157.889)
Bens de informática	(37.020)	(1.463.207)	(12.031)	151	-	(1.512.107)
Bens de uso geral	(23.856)	(511.587)	(9.923)	16	-	(545.350)
Total Imobilizado líquido	699.101	10.286.298	220.132	(1.909)	-	11.203.622
Equipamentos de comutação /	312.626	5.319.746	(384.961)	(15)	622.774	5.870.170
Cabos de fibra ótica	232.878	176.741	(37.638)	-	44.662	416.643
Aparelhos em comodato	-	169.283	(19.888)	(1.908)	34.232	181.719
Infraestrutura	108.361	2.835.550	(90.681)	(32)	122.726	2.975.924
Bens de informática	3.604	158.455	(12.031)	(34)	17.225	167.219
Bens de uso geral	13.887	233.722	(9.923)	1	13.802	251.489
Terrenos	9.648	31.146	-	-	-	40.794
Obras em andamento	18.097	1.361.655	775.254	79	(855.421)	1.299.664

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Saldo em 2016	Adição/ (Depreciação)	Baixas	Transferências	Saldo em 2017
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	753.151	10.749	-	27.395	791.295
Cabos de fibra ótica	491.086	-	-	15	491.101
Infraestrutura	183.630	-	-	3.029	186.659
Bens de informática	39.742	-	-	882	40.624
Bens de uso geral	36.344	-	-	1.399	37.743
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.021	30.796	-	(32.720)	18.097
Total Imobilizado Bruto	1.533.622	41.545	-	-	1.575.167
Depreciação acumulada					
Equipamentos de comutação / transmissão	(402.556)	(76.113)	-	-	(478.669)
Cabos de fibra ótica	(224.718)	(33.505)	-	-	(258.223)
Infraestrutura	(62.205)	(16.093)	-	-	(78.298)
Bens de informática	(35.608)	(1.412)	-	-	(37.020)
Bens de uso geral	(20.981)	(2.875)	-	-	(23.856)
Total Depreciação Acumulada	(746.068)	(129.998)	-	-	(876.066)
Imobilizado líquido					
Equipamentos de comutação / transmissão	350.595	(65.364)	-	27.395	312.626
Cabos de fibra ótica	266.368	(33.505)	-	15	232.878
Infraestrutura	121.425	(16.093)	-	3.029	108.361
Bens de informática	4.134	(1.412)	-	882	3.604
Bens de uso geral	15.363	(2.875)	-	1.399	13.887
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.021	30.796	-	(32.720)	18.097
Total Imobilizado líquido	787.554	(88.453)	-	-	699.101

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2018, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), a Companhia realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

14. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes, (iii) ágio na aquisição de empresas e (iv) custos com comissões à representantes comerciais para obtenção de um novo cliente.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços, e no caso do custo com comissões pelo período do contrato, conforme mencionado na nota (h) abaixo. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em 2017	Saldo de empresa incorporada	Adições/ (Amortização)	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em 2018
Total Custo do Intangível Bruto	961.537	27.765.385	316.402	-	(492)	22.039	29.064.871
Direito de uso de softwares	767.132	16.145.511	-	229.998	-	-	17.142.641
Autorizações	186.954	7.182.366	7.634	262.018	-	-	7.638.972
Ágio	-	1.159.649	-	-	-	-	1.159.649
Custos com comissões a	902	-	-	(336)	-	-	566
Lista de clientes	-	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de	-	198.201	-	-	-	-	198.201
Outros ativos	35	262.649	-	14.865	-	-	277.549
Ativos intangíveis em	6.514	2.721.809	308.768	(506.545)	(492)	22.039	2.552.093
Total Amortização	(884.518)	(17.533.738)	(332.182)	-	-	-	(18.750.438)
Direito de uso de softwares	(709.851)	(12.718.323)	(252.912)	-	-	-	(13.681.086)
Autorizações	(174.078)	(4.598.058)	(73.506)	-	-	-	(4.845.642)
Custos com comissões a	(567)	-	-	-	-	-	(567)
Lista de clientes	-	(95.200)	-	-	-	-	(95.200)
Direito de uso de	-	(50.790)	(1.652)	-	-	-	(52.442)
Outros ativos	(22)	(71.367)	(4.112)	-	-	-	(75.501)
Total Intangível Líquido	77.019	10.231.647	(15.780)	-	(492)	22.039	10.314.433
Direito de uso de softwares	57.281	3.427.188	(252.912)	229.998	-	-	3.461.555
Autorizações	12.876	2.584.308	(65.872)	262.018	-	-	2.793.330
Ágio (d)	-	1.159.649	-	-	-	-	1.159.649
Custos com comissões a	335	-	-	(336)	-	-	(1)
Direito de uso de	-	147.411	(1.652)	-	-	-	145.759
Outros ativos	13	191.282	(4.112)	14.865	-	-	202.048
Ativos intangíveis em	6.514	2.721.809	308.768	(506.545)	(492)	22.039	2.552.093

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Saldo em 2016	Adições/ (amortização)	Transferências	Saldo em 2017
Custo do Intangível Bruto				
Direito de uso de <i>softwares</i>	750.978	-	16.154	767.132
Direito de uso passagem de cabos	186.954	-	-	186.954
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	663	239	-	902
Outros ativos	35	-	-	35
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível Bruto	939.671	21.866	-	961.537
Amortização acumulada				
Direito de uso de <i>softwares</i>	(680.557)	(29.294)	-	(709.851)
Direito de uso passagem de cabos	(163.850)	(10.228)	-	(174.078)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(115)	(452)	-	(567)
Outros ativos	(18)	(4)	-	(22)
Total Amortização Acumulada	(844.540)	(39.978)	-	(884.518)
Intangível Líquido				
Direito de uso de <i>softwares (c)</i>	70.421	(29.294)	16.154	57.281
Direito de uso passagem de cabos	23.104	(10.228)	-	12.876
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	548	(213)	-	335
Outros ativos	17	(4)	-	13
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível Líquido	95.131	(18.112)	-	77.019

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões à representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, Companhia pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores pela sociedade incorporada TIM Celular S.A. (Nota1)

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – As empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”) foram adquiridas em 2011. Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas pela TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. Como resultado, foi registrado ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumariada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio como um todo (fixo e móvel), e portanto, a avaliação está no nível da Companhia. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia.

Consequentemente, o teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC e a metodologia do valor em uso, estando as principais premissas utilizadas no teste de *impairment*, sumariadas a seguir:

- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial, sendo combatida por uma maior agressividade no pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia, preparado para 3 anos e extrapolado por mais 2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia é de 3,97% a.a. em média e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Por tratar-se de um business sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,5% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 10,70% a.a. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso sem o efeito de fluxo de pagamento de impostos sobre a renda, é de 14,77%.

O resultado do teste de *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2018 não indicou nenhuma necessidade de provisão para perdas.

(e) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e são amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(f) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 15).

(g) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

A rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento está representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que inclui: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis, conforme detalhado a seguir:

- (i) Em 30 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A Companhia está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela Companhia. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$5.611 (R\$8.313 em 31 de dezembro de 2017) de juros e R\$5.930 (R\$443 em 31 de dezembro de 2017) de correção monetária sobre o saldo.

- (ii) Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015, uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsaram valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A sociedade incorporada TIM Celular S.A. efetuou os pagamentos em 9 de abril de 2015, 26 de janeiro de 2017 e 16 de janeiro de 2018, nos montantes de R\$ 370.379, R\$ 858.991 e R\$ 142.862, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 8,37% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 152.480 (R\$ 251.904 em 31 de dezembro de 2017).

15. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A Companhia possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A Companhia reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo

	2018	2017
LT Amazonas	208.049	-
	208.049	-
Parcela circulante	(22.491)	-
Parcela não circulante	185.558	-

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal das parcelas futuras a receber pela Companhia é de R\$ 499.823.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	23.049	22.491
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	104.871	38.594
Janeiro de 2024 em diante	360.767	146.964
	<u>488.687</u>	<u>208.049</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$ 208.049 (R\$ 205.331 em 31 de dezembro de 2017) composto por R\$ 185.558 de principal e R\$ 22.491 de juros incorridos até 31 de dezembro de 2018 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano.

Passivo

	2018	2017
LT Amazonas (i)	359.987	-
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.501.695	-
Outros (iii)	78.392	-
	1.940.074	-
Parcela circulante	(205.048)	-
Parcela não circulante	1.735.026	-

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	43.779	38.255
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	199.193	64.391
Janeiro de 2024 em diante	685.498	257.341
	<u>928.470</u>	<u>359.987</u>

O valor nominal das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$ 928.470. Seu valor presente é de R\$359.987, sendo R\$313.001 de principal e R\$46.986 de juros em 31 de dezembro de 2018 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela Companhia e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* - "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 22).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	178.994	146.792
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	810.060	330.278
Janeiro de 2024 em diante	3.484.135	1.024.625
	<u>4.473.189</u>	<u>1.501.695</u>

O valor nominal do somatório das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$4.473.189. Seu valor presente é de R\$ 1.501.695 sendo R\$ 1.354.903 de principal e R\$ 146.792 de juros em 31 de dezembro de 2018. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

iii) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão.

16. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel anualmente no mês de março.

17. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2018	2017
	4.311.604	419.069
Moeda nacional	4.147.109	417.624
Fornecedores de materiais e serviços (a)	4.015.602	217.366
Interconexão (b)	98.060	200.258
Roaming (c)	162	-
Co-billing (d)	33.285	-
Moeda estrangeira	164.495	1.445
Fornecedores de materiais e serviços (a)	137.117	1.445
Roaming (c)	27.378	-
Parcela Circulante	4.311.604	419.069

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

18. Autorizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua Companhia possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	2018	2017
Renovação de autorizações (i)	300.253	-
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP (ii)	-	-
Dívida ANATEL atualizada (ii)	113.547	-
Seguro garantia sobre autorizações	-	-
	413.800	-
Parcela circulante	(65.464)	-
Parcela não circulante	348.336	-

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2018, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$300.253 (R\$262.513 em 31 de dezembro de 2017).

- (i) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como passivo financeiro, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a Companhia, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes. Dessa forma, foi constituída a Entidade Administradora da Digitalização (“EAD”), onde o total do compromisso assumido pela Companhia foi de R\$1.199 milhões, o qual foi pago em 4 parcelas reajustadas pelo IGP-DI (nota 14.g).

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$ 150 milhões em 31 de dezembro de 2018) o qual ainda está pendente de julgamento.

Em 15 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou Aditivos aos Termos de Autorização da faixa de 700 MHz, prorrogando a data de aporte, da 2ª parcela de 30% à EAD. Dessa forma, a entidade recebeu da Companhia em 31 de janeiro de 2017 o montante de R\$859 milhões, correspondente a 60%, referente as parcelas dos anos de 2016 e 2017. A 4ª e última parcela, de 10% à EAD, foi paga em 31 de janeiro de 2018, no montante de R\$ 142,9 milhões.

As autorizações detidas em caráter primário pela Companhia em 31 de dezembro de 2018, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	<u>450 MHz</u>	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Banda V1 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P** (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
						AR41, Curitiba e Região	

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

						Metropolitana - Julho, 2031	
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

19. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	2018	2017
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Dez/19 a Jul/22	578.312	39.774
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	489.421	-
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Dez/19 a Jan/21	56.804	4.543
KFW (2)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	43.420	-
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Dez/25	378.595	-
Cisco Capital (3)	USD	1,80% a 2.50% a.a.	Nov/19 a Dez/20	116.465	-
Total				1.663.017	44.317
Circulante				(698.728)	(22.174)
Não circulante				964.289	22.143

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controlada.
- (2) Aval da controladora TIM Participações.
- (3) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A Companhia vem atendendo aos índices financeiros definidos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia amortizou antecipadamente R\$ 800 milhões de dívida existente junto ao BNDES, reduzindo o saldo devedor da linha. Em 2018, outros R\$ 2.200 milhões foram pagos antecipadamente. A diminuição do saldo devedor junto ao BNDES não alterou o cronograma original dos pagamentos existente com o Banco, que continua com sua última parcela vincenda em julho/2022, todas as liquidações antecipadas objetivaram o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500.000 junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não havia utilizada a referida linha de crédito, sendo que essa ficará disponível para utilização até dezembro de 2019, não sendo obrigatória seu desembolso. O custo desta linha de crédito está indexado pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais juros de 1,95% ao ano.

Em setembro de 2018, a Companhia obteve a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira junto ao KfW Finnvera, no valor de USD 40 milhões (equivalentes a R\$167milhões). Com o objetivo de eliminar qualquer risco de variação cambial, houve a contratação antecipada de um swap que acompanha integralmente o cronograma de amortização da dívida.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2018
BNDES (1)	TJLP	mai/18	dez/19	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (2)	TJLP	mai/18	dez/19	20.000	20.000	-
BNDES (3)	TJLP	mai/18	dez/19	390.000	390.000	-
Total R\$:				1.500.000	1.500.000	-

Objetivo:

- (1) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- (2) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (3) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2018 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$ 70 milhões, sendo este montante registrado no grupo de “Receitas diferidas” na rubrica de “Subvenções Governamentais” (nota 22) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em “Receita de Subvenção” (nota 29).

A Companhia possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de hedge”.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2020	343.598
2021	293.899
2022	198.625
2023	32.111
2024	75.602
2025	20.454
	<u>964.289</u>

A tabela a seguir apresenta o cronograma de valores nominais dos empréstimos e financiamentos estimados até o fim dos contratos.

	<u>Valor nominal</u>
2019	787.188
2020	396.786
2021	323.482
2022	206.944
2023	34.577
2024	76.614
2025	20.569
	<u>1.846.160</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outra operação contratada com característica extremamente específica é o empréstimo obtido junto ao KFW Finnvera. Nesta operação, tem-se como garantidor o Finnvera, agência finlandesa de fomento. Dadas às características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital e o KFW, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

20. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	453.495	16.237
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	361.558	14.908
Impostos e Taxas ANATEL	21.320	-
Imposto sobre Serviço - ISS	59.323	1.122
Outros	11.294	207
Parcela circulante	(450.723)	(16.237)
Parcela não circulante	2.772	-

21. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	494.929	28.272
Imposto de renda e contribuição social	372.467	25.662
PIS / COFINS	56.733	2.479
Outros (*)	65.729	131
Parcela circulante	(285.049)	(28.272)
Parcela não circulante	209.880	-

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, Cofins – Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ – Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

22. Receitas diferidas

	2018	2017
Receitas diferidas	1.313.467	26.480
Serviços a prestar pré-pago (1)	301.621	-
Subvenções Governamentais (2)	63.731	965
Swap de rede (3)	11.449	20.191
Receitas antecipadas	18.626	5.324
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	897.112	-
Passivo contratual (nota 2.d)	20.928	-
Parcela circulante	(406.867)	(11.938)
Parcela não circulante	906.600	14.542

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 203 milhões. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 28).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 15).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2018	2017
Provisão para processos judiciais e administrativos	742.162	32.510
Cível (a)	106.801	7.532
Trabalhistas (b)	423.923	6.016
Tributária (c)	180.101	18.932
Regulatória (d)	31.337	30

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-17	Saldo empresa incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Total
	32.510	469.982	200.053	(80.133)	119.750	742.162
Cível (a)	7.532	118.038	36.356	(49.123)	(6.002)	106.801
Trabalhistas (b)	6.016	175.451	153.776	(16.301)	104.981	423.923
Tributária (c)	18.932	145.643	9.854	(14.647)	20.319	180.101
Regulatória (d)	30	30.850	67	(62)	452	31.337

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$ 86.039 (R\$ 1.765 em 31 de dezembro de 2017) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 5.814.

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 10.378.

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 3.060 (R\$5.761 em 31 de dezembro de 2017).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$239.

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$1.270 (não foi constituída provisão para esses casos em 31 de dezembro de 2017).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 3.671 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 (34 em 31 de dezembro de 2017) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$334.849 atualizado monetariamente (R\$6.015 em 31 de dezembro de 2017). Durante o exercício de 2018, segundo posição dos consultores jurídicos da Companhia, determinados processos trabalhistas apresentaram alterações em seu prognóstico de perda de possível para provável, portanto, com registro correspondente da provisão.

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de dezembro de 2018, o provisionamento destas causas totaliza R\$26.127 atualizado monetariamente.

c. Processos tributários

	12/2018	12/2017
Tributos Federais	74.842	5.914
Tributos Estaduais	103.546	13.018
Tributos Municipais	1.713	-
	<u>180.101</u>	<u>18.932</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e sete processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 9.335 (R\$ 5.914 em 31 de dezembro de 2017), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.060.

- (ii) Adicionalmente, neste trimestre a Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 36.685, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e cinco processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 42.628 (R\$ 6.940 em 31 de dezembro de 2017), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 4.829, bem como (iii) anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, e suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 24.646, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 31.455.

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2018	2017
	18.790.266	633.948
Cível (e.1)	1.051.021	37.862
Trabalhista e previdenciária (e.2)	495.912	102.031
Tributária (e.3)	16.608.389	490.357
Regulatória (e.4)	634.944	3.698

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	2018	2017
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	405.635	15.504
ANATEL (e.1.2)	207.657	350
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	84.231	205
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	173.213	6.104
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	71.574	10.875
Outros	108.711	4.824
	1.051.021	37.862

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhistas

Há 4.531 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 (140 em 31 de dezembro de 2017) movidas contra a Companhia, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$495.912 atualizado (R\$102.031 em 31 de dezembro de 2017).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$ 16.709 atualizado.

A Companhia é parte em ações cíveis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizando R\$19.706 atualizado.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$538 atualizado (R\$4.995 em 31 de dezembro de 2017, esta redução ocorreu pela reclassificação de um processo para o risco remoto em razão do andamento do mesmo) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada;

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor de R\$9.693 atualizado (R\$9.868 em 31 de dezembro de 2017).

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$1.430 atualizado (R\$43.756 em 31 de dezembro de 2017).

e.3. Tributárias

	12/2018	12/2017
Tributos Federais (e.3.1)	4.005.779	94.107
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.929.590	172.783
Tributos Municipais (e.3.3)	693.616	2.355
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.979.404	221.112
	<u>16.608.389</u>	<u>490.357</u>

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.657.159.

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos federais é de R\$ 4.005.779 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 94.107 em 31 de dezembro de 2017). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.543.851.
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 198.175.
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa.
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a Companhia é de R\$ 296.589 (R\$ 56.469 em 31 de dezembro de 2017).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 412.715.

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Companhia relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.929.590 (R\$ 172.783 em 31 de dezembro de 2017). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.344.288.
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 1.110.827.
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 767.142 (R\$ 19.950 em 31 de dezembro de 2017).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2018, o montante na Companhia é de R\$ 3.340.448 (R\$ 128.875 em 31 de dezembro de 2017).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 140.368.
- (vi) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$ 179.853.
- (vii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 116.880.
- (viii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 192.074.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ix) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 177.128.
- (x) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 139.758.

e.3.3. *Tributos Municipais*

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos municipais é de R\$ 693.616 em 31 de dezembro de 2018. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 142.355.
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 283.620.
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 118.114.

e.3.4. *FUST e FUNTTEL*

O valor total autuado contra a Companhia relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.979.404 (R\$ 221.112 em 31 de dezembro de 2017). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 634.826. A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta "TAC" em negociação com a ANATEL e novas entradas registradas no ano de 2018.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, está representado por 42.296.789.606 (4.041.956 em 2017) ações ordinárias sem valor nominal, subscritas pela TIM Participações S.A.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia pelo montante de R\$ 9.434.216, mediante incorporação do capital social da sociedade TIM Celular S.A., que compõe o acervo líquido contábil em 30 de setembro de 2018, conforme a seguir:

Capital social	9.434.216
Reservas de capital	30.600
Reservas de lucro	7.110.253
Lucros acumulados	460.185
	<u>17.035.254</u>

Ainda, conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo (30 de setembro de 2018) e do ato societário de incorporação (31 de outubro de 2018), que reduziram o patrimônio no valor de R\$ 77.139, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM S.A.. Essas variações foram representadas pelo lucro líquido do período no valor de R\$ 140.119 e distribuição de dividendos por meio de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 217.258.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Opções de compra de ações	33.363	979

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.2 Retenção de lucros

Refere-se a valores de lucros retidos, aprovados em Assembleia e utilizados para expansão dos negócios da Companhia.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivalem a R\$1.419.056 em 31 de dezembro de 2018 e R\$1.271.404 em 31 de dezembro de 2017.

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

A Companhia promoveu uma análise das melhores práticas contábeis e legislação societária, o que resultou na reclassificação dos Incentivos fiscais da rubrica “Reserva de Capital” para “Reserva de Lucros” dentro do próprio patrimônio líquido, no montante de R\$1.271.404 em 2017, com o objetivo de manter a comparabilidade das informações divulgadas.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de outubro de 2018, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2018
Lucro líquido do exercício	1.533.732
Efeito de incorporação (Nota 1)	1.127.705
	<u>2.661.437</u>
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(146.455)
(-) Constituição da reserva legal	(125.749)
Lucro líquido ajustado	<u>2.389.233</u>
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	<u>597.308</u>
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio (inclui o valor de R\$ 744.757 que foi distribuído até 31 de outubro de 2018 pela sociedade incorporada TIM Celular S.A.)	953.795
Dividendos	-
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	<u>953.795</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(143.069)
Total de dividendos e JCP líquidos	<u>810.726</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2018 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” é composto pelo valor ainda não liquidado dos juros sobre capital próprio destinados e calculados em 2018 no montante de R\$362.436.

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

25. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da controladora TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Plano. Já o Plano 2018-2020 propõe remunerar os participantes com ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas).

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

Cabe considerar que em 2017 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos Vestings de outorgas passadas.

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2018-2020 – 1ª	549.153	mai-21	14,41	-	549.153		(82.639)	-	466.514
Plano 2014-2016 – 3ª	2.346.725	nov-22	8,10	1.684.281		(510.884)	(277.875)	-	895.522
Plano 2014-2016 – 2ª	2.027.286	out-21	8,45	1.084.013		(656.268)	(135.222)	-	292.523
Plano 2014-2016 – 1ª	1.318.385	set-20	13,42	658.720		(27.424)	(99.324)	-	531.972
Plano 2011-2013 – 3ª	2.400.468	jul-19	8,13	694.936			(151.353)	-	543.583
Plano 2011-2013 – 2ª	1.850.555	set-18	8,96	194.756				(194.756)	-
Plano 2011-2013 – 1ª	2.038.575	ago-17	8,84	-				-	-
Total	12.531.147			4.316.706	549.153	(1.194.576)	(746.413)	(194.756)	2.730.114
	Preço médio ponderado do exercício		10,26						

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base - média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$ 14,41	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 4.291 (R\$12.789 em 31 de dezembro de 2017). Contudo, em virtude do término contratual de determinados executivos durante o exercício de 2018, seus respectivos benefícios foram cancelados, gerando uma redução no montante de R\$ 3.257.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *billed* do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

Contratos firmados com clientes que combinam serviços e produtos

A Companhia oferece aos clientes fidelizados pacotes comerciais que combinam aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, com a concessão de descontos em aparelhos e/ou serviços. Nestes casos, identificam-se os contratos individuais, as obrigações de desempenho e seus preços de transação, alocando-se o preço da transação total de acordo com os preços de venda individuais de cada obrigação. A receita de serviços e produtos é reconhecida no momento em que cada uma das obrigações de desempenho previstas no acordo com o cliente é cumprida, ou seja, quando o cliente obtém controle sobre o ativo.

Para maiores detalhes da aplicação da norma IFRS15/CPC47, vide 2.d.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2018	2017
Receita Operacional Líquida	3.367.619	736.137
Receita operacional bruta	4.917.990	990.202
Receita de serviços	4.649.387	990.202
Receita de serviços - Móvel	3.802.631	-
Receita de serviços - Fixa	846.756	990.202
Venda de mercadorias	268.603	-
Deduções da receita bruta	(1.550.371)	(254.065)
Impostos incidentes	(1.001.961)	(163.283)
Descontos concedidos	(546.091)	(90.782)
Devoluções e Outros	(2.319)	-

27. Custos e despesas operacionais

	2018				2017			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(1.545.499)	(859.741)	(339.078)	(2.744.318)	(581.808)	(53.500)	(42.478)	(677.786)
Pessoal	(4.960)	(144.023)	(98.080)	(247.063)	(35.155)	(33.803)	(7.247)	(76.205)
Serviços de terceiros	(120.087)	(355.839)	(94.015)	(569.941)	-	(9.504)	(18.492)	(27.996)
Interconexão e meios de conexão	(365.110)	-	-	(365.110)	(279.772)	-	-	(279.772)
Depreciação e amortização	(690.326)	(27.340)	(126.144)	(843.810)	(154.882)	(1.222)	(13.872)	(169.976)
Impostos, taxas e contribuições	(4.885)	(143.295)	(3.892)	(152.072)	(5.689)	-	(401)	(6.090)
Aluguéis e seguros	(165.500)	(39.845)	(13.786)	(219.131)	(105.909)	-	(1.446)	(107.355)
Custo das mercadorias vendidas	(191.950)	-	-	(191.950)	-	-	-	-
Publicidade e propaganda	-	(53.508)	-	(53.508)	-	(145)	-	(145)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(93.933)	-	(93.933)	-	(8.755)	-	(8.755)
Outros	(2.681)	(1.958)	(3.161)	(7.800)	(401)	(71)	(1.020)	(1.492)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Outras receitas (despesas), líquidas

	2018	2017
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	4.191	403
Multas s/ serviços de telecomunicações	8.780	955
Receita na alienação de ativos	715	-
Outras receitas (i)	221.124	80
	<u>234.810</u>	<u>1.438</u>
Despesas		
FUST/FUNTEL (ii)	(29.936)	(8.039)
Impostos, taxas e contribuições	(1.001)	5.563
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(148.771)	(2.228)
Despesa na alienação de ativos	(514)	-
Outras despesas	(5.903)	(435)
	<u>(186.125)</u>	<u>(5.139)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>48.685</u>	<u>(3.701)</u>

(i) Inclui os créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2018, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009 (nota 9). Em novembro de 2018, em virtude do trânsito em julgado, a Companhia registrou o montante de 159 milhões de principal e R\$ 194 milhões de atualização monetária.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

29. Receitas financeiras

	2018	2017
Receitas financeiras	<u>230.565</u>	<u>19.347</u>
Juros sobre aplicações financeiras	21.933	13.284
Juros de clientes	7.896	2.259
Juros swap	(2.308)	-
Juros sobre leasing	4.271	-
Atualização monetária	198.178	3.688
Outras receitas	595	116

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Despesas financeiras

	2018	2017
Despesas financeiras	(194.365)	(7.620)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.626)	(4.978)
Juros sobre fornecedores	174	-
Juros sobre impostos e taxas	(2.157)	(67)
Juros swap	(2.204)	-
Juros sobre leasing	(44.947)	-
Atualização monetária	(119.786)	799
Descontos concedidos	(7.994)	-
Outras despesas	(8.825)	(3.374)

31. Variações cambiais, líquidas

	2018	2017
Receitas		
Empréstimos e financiamentos	615	-
Fornecedores	365	33
Juros swap	25.749	-
Outros	1.799	132
	28.528	165
Despesas		
Empréstimos e financiamentos	(25.741)	-
Fornecedores	(1.390)	(21)
Juros swap	(615)	-
Outros	(244)	(138)
	(27.990)	(159)
Variações cambiais, líquidas	538	6

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 36).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(133.531)	(18.759)
Contribuição social do exercício	(49.726)	(6.903)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	39.958	-
	<u>(143.299)</u>	<u>(25.662)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	712.247	44.554
Contribuição social diferida	253.970	16.039
	<u>966.217</u>	<u>60.593</u>
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	2.090	186
	<u>968.307</u>	<u>60.779</u>
	<u>825.008</u>	<u>35.117</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	708.724	66.383
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(240.966)</u>	<u>(22.570)</u>
(Adições) / exclusões:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias reconhecidas	961.441	57.371
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>		
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(2.884)	-
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	(6.191)	-
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	39.958	-
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	71.073	-
Outros valores	2.577	316
	<u>1.065.974</u>	<u>57.687</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício (nota 1)	<u>825.008</u>	<u>35.117</u>
Alíquota efetiva	<u>(116,41)%</u>	<u>(52,90)%</u>

(*) Conforme mencionado na nota 24 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.533.732	101.500
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	42.296.790	4.042
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,04	25,11

(b) Diluído

Não há ações potenciais diluidoras na participação dos atuais acionistas. Sendo assim, o cálculo do lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

34. Saldo e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	2018	2017
TIM Celular (9)	-	661.626
TIM Celular (10)	-	11.521
TIM Participações (11)	-	3.789
Telecom Italia Sparkle (1)	2.877	-
TI Sparkle (4)	804	1.544
TIM Brasil (6)	27.417	126
Gruppo Havas (8)	75.600	-
Outros	1.092	-
Total	107.790	678.606

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Passivo	
	2018	2017
TIM Celular (12)	-	301.730
TIM Celular (13)	-	279.614
TIM Participações (3)	-	1.875
Telecom Italia S.p.A. (2)	89.433	-
Telecom Italia Sparkle (1)	11.895	3.471
TI Sparkle (4)	4.174	-
TIM Brasil	10.948	16
Grupo Vivendi (7)	4.745	-
Gruppo Havas (8)	62.686	-
Outros	960	-
Total	184.841	586.706

	Receita	
	2018	2017
TIM Celular (9)	-	251.557
Telecom Italia S.p.A. (2)	858	-
Telecom Italia Sparkle (1)	5.809	-
TI Sparkle (4)	904	691
Total	7.571	252.248

	Custo/Despesa	
	2018	2017
TIM Celular (13)	-	45.172
Telecom Italia S.p.A. (2)	62.976	-
Telecom Italia Sparkle (1)	30.123	-
TI Sparkle (4)	18.035	6.044
Generali (5)	-	-
Grupo Vivendi (7)	9.439	-
Gruppo Havas (8)	301.752	-
Total	422.325	51.216

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.
- (4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
- (5) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.
- (6) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (7) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
- (8) Os valores referem-se aos serviços de publicidade.
- (9) Refere-se a interconexão/cessão de meios e serviços de valor adicionado – VAS.
- (10) Referem-se a valores a receber da TIM Celular relativos à reestruturação das atividades da TIM S.A (descontinuidade das atividades de longa distância). Há valores adiantados a fornecedores e funcionários cujas operações / atividades foram transferidos à TIM Celular. Tais valores serão reembolsados para a TIM S.A.
- (11) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (12) Refere-se a mútuos contratados junto à TIM Celular S.A., extinto em decorrência da incorporação dessa sociedade pela Companhia em 31 de outubro de 2018 (vide nota 1).
- (13) Refere-se basicamente a operações de interconexão e co-billing.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 2018, a Companhia investiu R\$4.637 milhões com recursos próprios em benefício social.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	9.816	-
Pagamentos com base em ações	2.678	-
	12.494	-

Em 31 de dezembro de 2017, não havia saldo de remuneração aos administradores, uma vez que os administradores estavam registrados nas sociedades TIM Participações S.A. (controladora) e na TIM Celular S.A., essa última incorporada pela TIM S.A. em 2018 (Nota 1).

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e *opções de compra de dólar especificamente para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, em atendimento ao IFRS 9/CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

- (i) Riscos de variações cambiais

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realizar: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro 2018, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. A Companhia possui um cliente que contribuiu com 10,5% das receitas de venda de mercadorias e um cliente que contribuiu com 10,1% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2018.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de finanças e tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2018		
	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	81.408	(11.618)	69.790
Parcela circulante	50.769	(2.373)	48.396
Parcela não circulante	30.639	(9.245)	21.394

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2018 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2020	7.109	(1.541)
2021	6.282	(1.541)
2022 em diante	17.248	(6.163)
	<u>30.639</u>	<u>(9.245)</u>

Em agosto de 2018, a sociedade incorporada TIM Celular S.A. (Nota 1) optou por adquirir o total de USD 100 milhões em opções de compra de dólar com o objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. O prêmio pago na ocasião foi de R\$ 11,7 milhões, valor este representado no quadro acima, juntamente com as operações de swap já existentes.

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 19 e 15.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2018		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	784.841	81.408	866.249
Ativos financeiros ao valor justo	784.841	81.408	866.249
Derivativos usados para hedge	-	81.408	81.408
Títulos e valores mobiliários	784.841	-	784.841
Total do passivo	-	11.618	11.618
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	11.618	11.618
Derivativos usados para hedge	-	11.618	11.618

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2018

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.507.538	858.101	6.365.639
Instrumentos financeiros derivativos	-	81.408	81.408
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.968.671	-	2.968.671
Títulos e valores mobiliários	-	776.693	776.693
Caixa e equivalentes de caixa	1.075.363	-	1.075.363
Arrendamento Mercantil - leasing	208.049	-	208.049
Depósitos judiciais	1.213.843	-	1.213.843
Outros valores a compensar	41.612	-	41.612

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	8.277.131	11.618	8.288.749
Empréstimos e Financiamentos	1.663.017	-	1.663.017
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.618	11.618
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.311.604	-	4.311.604
Arrendamento mercantil leasing	1.940.074	-	1.940.074
Dividendos a pagar	362.436	-	362.436

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2018

<u>Moeda</u>	<u>CONTRAPARTE</u>						<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>	<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	43.420	43.420	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	378.595	393.387	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	116.466	116.466	100%	2,18% a.a.	88,20% do CDI

Em junho de 2018, a sociedade controlada TIM Celular S.A. (Nota 1) aproveitou o momento favorável de mercado para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo. O objetivo foi de garantir um custo atraente de 92,59% do CDI para a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira do KfW/Finnvera. O desembolso foi realizado em 17 de setembro de 2018 com o valor nominal em dólares de 40 milhões.

Em agosto de 2018, a referida sociedade adquiriu opções de compra de USD 100 milhões com strike a R\$ 4,00, com objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. As opções foram divididas em 9 vencimentos de U\$ 11,1 milhões (outubro de 2018 à junho de 2019) e foram adquiridas pelo valor inicial de R\$ 11,7 milhões considerando um spot de referência no momento da compra de R\$ 3,7655. Devido à alta do dólar e à redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a sociedade liquidou antecipadamente os vencimentos de outubro de 2018 e novembro de 2018 pelo valor de R\$ 5,6 milhões, considerando um spot de referência no momento da venda de 4,157. Em novembro de 2018, considerando a proximidade dos vencimentos e a redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019 pelo valor de R\$ 1,0 milhão, considerando um spot de referência no momento da venda de 3,807. Em 31 de dezembro de 2018, o valor remanescente teve seu valor contábil registrado de R\$ 4,1 milhões – Ativo (spot de referência do dólar de R\$ 3,8748).

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	2018	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (Cisco e KFW)	549.393	549.393	700.368	869.825
A) Δ Variação Acumulada Dívida			150.975	320.432
Valor justo da ponta ativa do swap	549.393	549.393	700.368	869.825
Valor justo da ponta passiva do swap	483.503	483.503	470.044	467.868
Resultado swap	1.032.896	1.032.896	1.170.412	1.337.692
B) Δ Variação Acumulada Swap			137.516	304.797
C) Resultado final (B-A)			13.459	15.635

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI, ii) Libor e; iii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
LIBOR	2,88%	3,59%	4,31%
USD	3,8748	4,8435	5,8122

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulgou o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de dezembro de 2018 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2018
Resultado líquido em operações de USD x CDI	20.621

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2018	2017
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 19 e 36)	1.593.227	4.642.617
Arrendamento Mercantil - Passivo (Nota 15)	1.940.074	1.887.172
Arrendamento Mercantil - Ativo (Nota 15)	(208.049)	(205.331)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(1.075.363)	(2.960.718)
FIC (Nota 5)	(771.464)	(765.614)
Dívida Líquida - Não auditado	1.478.425	2.598.126
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) - Não auditado	1.515.798	5.947.023
Índice de alavancagem financeira (*) - Não auditado	0,98	0,44
(1) Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	1.533.732	1.234.507
Depreciações e amortizações	843.812	4.013.671
Resultado Financeiro Líquido	(36.738)	497.836
Imposto de renda e contribuição social	(825.008)	201.009
LAJIDA (EBITDA) (Não auditado) (**)	1.515.798	5.947.023

(*) A variação no índice inclui o efeito da venda de torres.

(**) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.

EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos	Partes relacionadas - mútuo (*)
31 de dezembro de 2017	44.317	-	-	301.730
Saldo de empresa incorporada	1.764.662	1.923.367	(55.492)	(150.835)
Ingressos	-	10.724	-	-
Encargos financeiros	30.399	44.987	4.512	-
Variações cambiais, líquidas	25.126	-	(25.133)	-
Pagamentos	(201.486)	(39.004)	6.323	(150.895)
31 de dezembro de 2018	1.663.018	1.940.074	(69.790)	-

(*) Conforme mencionado na nota 12, refere-se ao mútuo extinto no momento da incorporação da TIM Celular pela Companhia (vide nota 1).

37. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$37.705.747
Responsabilidade Civil Geral - RCG	R\$80.000

Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)

R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2018 -- continuação (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

38. Compromissos

Aluguéis

A Companhia aluga equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

	5.895.699
2019	1.088.506
2020	1.132.046
2021	1.177.328
2022	1.224.421
2023	1.273.398

39. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2019, a Companhia, emitiu R\$ 1.000 milhão em Debentures Simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476. Os recursos serão destinados ao reforço de capital de giro e serão remunerados a 104,10% do CDI pelo prazo de 18 meses.

* * *